

# A RÚSSIA E O ÁRTICO

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de junho de 2020

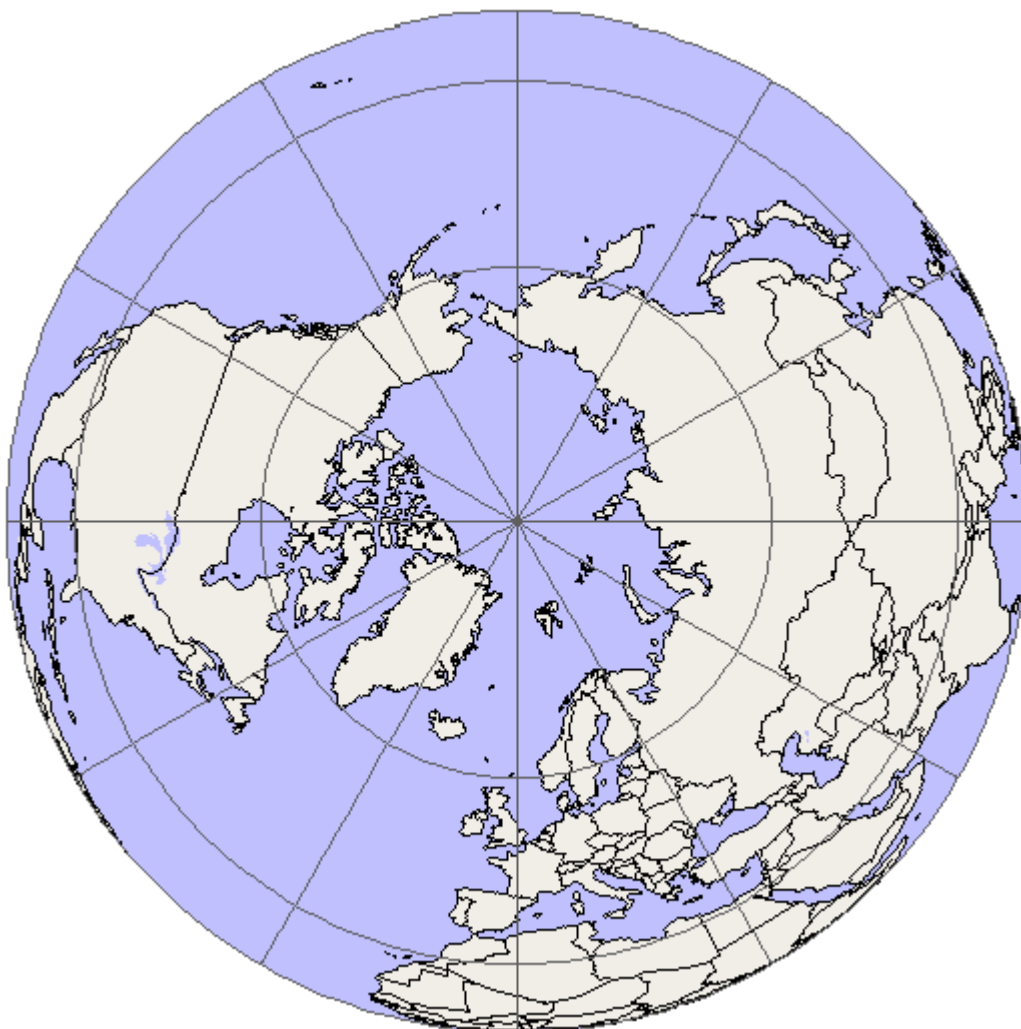
A maneira como cada um de nós entende a geografia do mundo é condicionada pela imagem que conhecemos do planeta. Assim, aqui no Brasil e no restante do ocidente, a ideia que temos do planeta é a da projeção cilíndrica de Mercator. As Américas estão “à esquerda”, Europa e África “ao centro” e Ásia e Oceania “à direita”. “Abaixo”, a Antártida e “acima”, o Oceano Glacial Ártico.



## Projeção Cilíndrica de Mercator

Acostumados a ver o mundo desse ponto de vista, os ocidentais se habituaram a tratar o Oceano Glacial Ártico e a Antártida como grandes áreas passivas, completamente fora dos interesses da imensa maioria das pessoas. Entretanto, para os russos, o

Ártico tem uma importância geoestratégica vital. E fica bem mais fácil entender isto se, ao invés da projeção cilíndrica de Mercator, utilizarmos uma projeção plana, também chamada azimutal, para observar aquela parte do mundo.



## Projeção Polar plana do Hemisfério Norte

Como se vê, a imagem do hemisfério norte agora mostra, “à esquerda”, a América do Norte, com destaque para o Canadá, o Alasca e a Groelândia. “Ao centro”, o Ártico, e “à direita”, a Eurásia, com destaque para a Rússia. É possível se observar com mais clareza o gigantesco litoral ártico russo, de mais de 24 mil quilômetros de extensão, mais de três vezes o tamanho do litoral atlântico brasileiro. Salta aos olhos que o Oceano Glacial Ártico é uma ligação entre os oceanos Pacífico e

Atlântico, além de ser inescapável a proximidade da Ásia e da América no Estreito de Bering, que separa a Sibéria russa do Alasca[1] norte-americano.

Em 1935, os russos conseguiram, pela primeira vez, estabelecer com regularidade o trânsito de navios mercantes pela Rota Norte, ou passagem do Noroeste[2], ligando os Oceanos Pacífico e Atlântico, navegando ao longo da costa russa. A navegação, durante décadas, ficou restrita ao período de agosto a outubro, mas sempre com o constante risco representado pelos icebergs e pela instabilidade climática da região.

### Advantages of the Northern Sea Route

Rotterdam to Yokohama	-3,840NM	9.0 days
to Shanghai	-2,361NM	5.5 days



Source: "Economic Possibilities of Shipping through Northern Sea Route", Lee and Song, 2014

## Rota Norte

A Rota Norte encurta consideravelmente distâncias de transporte. Uma viagem do Porto de Roterdã, na Holanda, à cidade japonesa de Yokohama é reduzida em 3.840 milhas náuticas, cerca de 9 dias de navegação. Do mesmo porto até Xangai, o encurtamento é de 2.361 milhas náuticas, ou cerca de 5,5 dias, se comparadas com a rota alternativa, que circunda a Eurásia pelo Sul, utilizando o Canal de Suez e o Oceano Índico até chegar ao Pacífico.

Com o esfacelamento da antiga União Soviética, esta rota praticamente fechou. Entretanto, a partir da segunda década deste século, a Rússia voltou a investir na viabilidade comercial da rota. Para isto, alguns fatores contribuíram, como uma nova classe de navios quebra-gelo, inclusive de propulsão nuclear, modernas tecnologias de auxílio à navegação e o próprio aquecimento do clima global, fatores que, somados, permitiram a ampliação do prazo navegável de três meses, em 1935, para seis ou sete meses por ano, nos dias atuais. Outro estímulo importante foi o incremento da produção de gás natural siberiano que, liquefeito, encontra na Rota Norte o seu melhor caminho até os países importadores. Assim, de 2015 a 2019 o volume de cargas transportado pelos navios mercantes ao longo da costa ártica da Rússia saiu de 5,4 milhões para 29 milhões de toneladas/ano. Isto mostra um esforço logístico de melhoria das condições de transporte, que superam dificuldades como os altos preços dos seguros e os riscos de atrasos causados pelas condições climáticas muitas vezes desfavoráveis na região.

Apesar de sua importância, o estabelecimento da Rota Norte não é o único motivo pelo qual a Rússia está atenta ao Ártico. A importância econômica da região não é nada desprezível. Segundo estimativas do Observatório Geográfico dos EUA, cerca de 13% do petróleo e 30% do gás natural por ser descoberto está no interior do Círculo Polar Ártico. Isto sem falar da

comprovada existência de outras riquezas minerais de grande valor, como ouro, magnésio, níquel, cobalto e prata.

Há ainda o aspecto militar. O país criou, em 2014, um comando conjunto voltado para o Ártico, que, não custa lembrar, é a região em que Ásia e América mais se aproximam geograficamente. Trata-se do Comando Estratégico Conjunto da Frota do Norte. Esta criação permitiu a retomada, ampliação e modernização de várias bases militares do país na região. A realocação e readequação das forças permitiu a ampliação da instalação de radares, baterias antiaéreas, baterias de mísseis e equipamentos de guerra eletrônica, dentre outras inúmeras possibilidades. Além disso, o Ártico é a região mais adequada para testes de novos armamentos, por sua vastidão, vazio demográfico e dificuldade de acesso.

Dessa forma, a Rússia, uma nação tradicionalmente voltada ao poder terrestre, vai conquistando espaço e larga na frente na competição pela exploração da região ártica, seguindo os preceitos do Almirante Alfred Thayer Mahan, teórico da importância estratégica do domínio de rotas marítimas – o chamado “poder marítimo”. Além disso, na medida em que avança em direção ao Norte, estabelece no Ártico a mesma estratégia de projeção de poder que tem executado em outras regiões de seu interesse, notadamente o leste europeu e o norte da África. Nesse sentido, foi emblemático o gesto ocorrido em 02 de março de 2007, quando uma expedição submarina do país instalou a bandeira da Federação Russa no leito do oceano, a mais de 4 mil metros de profundidade, no ponto que define o “polo norte real”. Para os russos, não há dúvidas sobre qual nação deve ter a primazia da exploração das riquezas árticas.



Bandeira russa, instalada no leito do oceano, a mais de 4 mil metros de profundidade, no Pólo Norte

---

[1] O Alasca, no que hoje parece uma ironia do destino, foi território russo e foi vendido por 7,2 milhões de dólares, pelo Tzar Alexandre II, aos EUA, em 1867, pelas dificuldades do Império Russo em manter o distante território.

[2] A passagem noroeste tinha sido feita pela primeira vez, a duras penas, pelo explorador norueguês Ronald Amundsen, em seu pequeno navio Gjøa, que está exposto à visitação na cidade de Oslo, capital da Noruega, ao lado do Fram, o navio usado pelo mesmo explorador na conquista do Polo Sul, em 1911.

---

## **PARA ONDE VAI A CHINA?**

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de junho de 2020

A China não sai das manchetes dos jornais. Se o gigante asiático já estava presente em todas as conversas sobre relações internacionais, comércio ou geopolítica, a Covid-19 multiplicou o interesse de todos sobre aquele país. Afinal, quem decifrar as intenções do dragão chinês, percebendo também suas fortalezas e debilidades, certamente estará em melhores condições de compreender o atual momento do tabuleiro geopolítico global.

Semana passada, no artigo “O impulso Estratégico Chinês”, procurei mostrar que a China passou a atuar com mais intensidade na busca dos seus objetivos estratégicos. Neste texto, o foco será um personagem fundamental nessa jornada: o presidente Xi Jinping.

Para entender para onde vai a China é necessário prestar atenção no seu presidente. Xi Jinping se apresenta à população como aquele que deseja levar o país a alcançar o chamado “sonho chinês”: “transformar a China em país socialista moderno, próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso, em 2049, ano do centenário da República Popular da China”.

Aparentemente, Xi planeja estar no poder em boa parte desse caminho. Em 2018, ele conseguiu que a Constituição fosse modificada, ficando abolida a restrição à permanência do presidente por mais de 2 mandatos. Essa modificação é importante também em razão do estilo de liderança de Jinping. Até a presidência de Hu Jintao, seu antecessor, havia uma espécie de presidência colegiada, representada pelos 9 membros do Comitê Permanente do Partido Comunista Chinês. Uma certa dose de consenso e alguma visão discordante era admitida. Isso mudou sob Xi Jinping. Adversários políticos foram retirados de cena, muitos acusados de corrupção. A censura se intensificou, na imprensa, nas mídias sociais e nas manifestações culturais. Um crescente nacionalismo é estimulado, misturado a uma retórica de valorização dos ideais do Partido Comunista.

No governo de Xi Jinping, o controle social se intensificou, especialmente nas 2 regiões atualmente consideradas críticas pelo regime: A primeira é Xinjiang, a província da minoria islâmica uigur, em que movimentos separatistas são acusados de terrorismo e onde se ergueram os chamados “campos de reeducação”, nos quais milhares estão presos.



RICH CLABAUGH/STAFF

A segunda é Hong Kong, onde, nos últimos anos, o governo tem enfrentado uma série de protestos pela manutenção das liberdades democráticas que existem na antiga colônia britânica. E, agora, justamente quando protestos nas ruas são proibitivos em razão da distância social imposta pela pandemia, o governo adota de uma “Lei de Segurança Nacional” que efetiva a restrição às liberdades dos habitantes de Hong Kong. Na prática, é o fim da política chamada “Um país, dois sistemas”, que garantia liberdades individuais em Hong Kong que inexistem na China continental. Pode-se esperar uma grande

insatisfação social em Hong Kong. A ação governamental em resposta mostrará para todo o país e para o exterior qual é a disposição do governo para lidar com o dissenso.

Mas a insatisfação popular na China poderá ter outras origens, que não somente os habitantes de Hong Kong. A pandemia da Covid-19 mostrou – até de forma surpreendente para um país acostumado a lidar com epidemias – a ineficiência do governo. As autoridades de Wuhan bateram cabeça no início da crise, escondendo os fatos, retardando o início do enfrentamento e perdendo um tempo precioso. A morte pela Covid-19 do médico [Li Wenliang](#), que em dezembro do ano passado havia alertado os governantes sobre a epidemia, tendo sido em seguida obrigado pelas autoridades a assinar um documento reconhecendo que suas informações eram “falsas e ilegais”, repercutiu muito negativamente entre os chineses.

A economia também causa preocupações ao governo de Xi Jinping. A [desaceleração econômica](#) que já vinha ocorrendo por razões estruturais, se intensificou em razão da pandemia. O desemprego aumentou e uma massa de jovens com boa formação poderá ter dificuldades em manter os níveis de vida conquistados nos últimos anos por seus pais. A isso se some o rápido envelhecimento da população, que aumenta sensivelmente a pressão sobre os sistemas previdenciário e de saúde.

Há ainda a questão de Taiwan. A crescente assertividade chinesa, com a [presença militar](#) cada vez mais frequente de seus navios de guerra e aeronaves no Estreito de Taiwan é um recado para os taiwaneses e para a comunidade internacional de que a China não desiste de recuperar a soberania sobre a ilha. Por outro lado, mostrar-se ativo em relação a Taiwan acendra o espírito nacionalista, unindo a vontade popular em torno de um objetivo facilmente entendido como legítimo: o da reunificação nacional.

Ainda no campo internacional, começam a surgir dúvidas se o país terá condições econômicas de manter sua expansão

geoestratégica em direção aos vizinhos no sudeste e centro asiáticos, além da África e Europa, especialmente pelo programa “One Belt, One Road”, de investimentos em infraestrutura, no valor de cerca de US\$ 1 trilhão.



Como se vê, a China tem imensos desafios a enfrentar, tanto no campo interno quanto no campo externo. E Xi Jinping desempenha papel preponderante. Sua personalidade, suas crenças, sua capacidade de liderar o país na superação dos crescentes desafios e sua habilidade em se manter no poder definirão os rumos, o ritmo e a agressividade que a China imprimirá na perseguição de seus objetivos estratégicos.

---

## O IMPULSO ESTRATÉGICO CHINÊS

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de junho de 2020

O “Congresso Nacional do Povo”, na China, reúne-se normalmente

por duas semanas, a cada primavera. A reunião de 2020 está se encerrando, e as notícias relativas ao encontro da mais alta esfera parlamentar chinesa, somadas a outras sobre os últimos acontecimentos que envolvem o país e alguns de seus vizinhos, chamaram a atenção.

A primeira notícia foi a aprovação, com apenas um voto contrário, da Lei de Segurança Nacional para Hong Kong, feita sob medida para tentar controlar as manifestações populares que vêm ocorrendo ao longo dos últimos anos, em favor da manutenção das liberdades individuais e contra a crescente interferência da China continental na antiga colônia britânica.

A segunda foi o tom e o teor do discurso feito pelo presidente Xi Jinping no encontro do Comitê Central Militar, mais alta esfera de comando do Exército de Libertação Popular, como são denominadas as forças armadas chinesas. Em seu discurso, o presidente alertou as forças armadas de que elas devem fortalecer o seu preparo e estar prontas para a guerra. Isto em um momento em que os políticos e diplomatas chineses falam com cada vez mais frequência em “reunificar Taiwan, se preciso pela força”.

A terceira notícia foi a inesperada escalada militar de tensões com a Índia, na região do Himalaia.

Assim, a China abre, simultaneamente, de forma assertiva, três frentes de atuação justamente no momento em que os países do mundo todo estão concentrados em enfrentar a pandemia da Covid-19. Talvez não seja coincidência. Pequim sente-se confiante. Acredita que possui liberdade de ação e meios, tanto militares quanto econômicos, para atuar de acordo com seus interesses, independentemente de pressões internacionais.

A lei promulgada em relação a Hong Kong criminaliza o que for considerado separatismo, terrorismo e “interferência estrangeira”, além de protestos, aí incluídos aqueles

realizados nas redes sociais. Na prática, é o fim da política “um país dois sistemas”, que garantia à chamada “Região Administrativa Especial” liberdades individuais inexistentes no restante do país.

A questão de Taiwan é a que mais afeta os sentimentos nacionalistas chineses. A ilha é considerada uma província rebelde pelo governo chinês desde 1949. Sua reunificação é um ponto de honra para Pequim. Um dos argumentos utilizados para convencer os taiwaneses era a política “um país, dois sistemas”, com a qual os chineses tentavam mostrar a Taiwan que uma reunificação seria benéfica, pois eles passariam a usufruir as vantagens de se integrar a uma China em acelerado crescimento econômico ao mesmo tempo em que manteriam seu estilo de vida com liberdades políticas e individuais. Entretanto, a recente reeleição de Tsai Ing-wen como presidente de Taiwan, de postura mais independentista, desagradou a Pequim, que pode estar perdendo a esperança de convencer os habitantes da ilha a se reunificarem pacificamente. Um indício disto é a própria legislação de segurança nacional em relação a Hong Kong. Os chineses sabiam que esta lei serviria de exemplo para os taiwaneses, demonstrando que a reunificação muito provavelmente selaria o fim de suas liberdades individuais e de seu regime multipartidário e democrático. E, mesmo pesando essa reação, que poderia comprometer um objetivo tão importante quanto a reintegração de Taiwan, Pequim insistiu na lei. Parece que considerou que a reação dos taiwaneses em relação à lei de Hong Kong já não faria diferença. O que se vê em relação à ilha é a presença militar chinesa cada vez maior, com navios de guerra e aeronaves militares atuando cada vez mais próximos a Taiwan.

Finalmente, a questão fronteiriça com a Índia. Os dois países possuem, juntos, um terço da população mundial. Ambos são potências nucleares. Os dois são responsáveis, respectivamente, pelo 2º e 3º maiores volumes de gastos

militares do mundo. E possuem uma área disputada na região do Himalaia, ao longo de uma linha de controle de cerca de 3,5 mil Km de extensão. Já foram à guerra em razão disso, em 1962. Desde então, esporadicamente, se enfrentam em escaramuças militares sem, até hoje, resolverem a questão. Evidentemente, qualquer acirramento de tensões entre os dois gigantes asiáticos pode provocar repercussões graves e imprevisíveis. É exatamente o que está acontecendo no momento. Ao mesmo tempo em que o presidente Xi Jinping discursa belicosamente, a China cerra o efetivo de uma Brigada, cerca de 3,5 mil militares, para a região contestada. Além disso, os indianos acusam os chineses de violarem a linha de controle, penetrando cerca de 3 quilômetros em direção ao território do lado indiano.

O estrategista francês General André Beaufre postulou que “impulso estratégico” é a capacidade que um Estado tem de atuar com maior ou menor intensidade em face de um desafio. Este impulso dependeria diretamente de quatro fatores: liberdade de ação, forças materiais, forças morais e tempo disponível. A intensidade com que a China tem atuado, tanto nos três episódios abordados neste artigo, quanto no tratamento que dispensou ao restante da comunidade internacional na pandemia da Covid-19, mostra que eles acreditam contar com cada um dos quatro fatores em sua plenitude.

---

**O pensamento crítico e criativo no combate do século**

# 21

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de junho de 2020

*A mente não é uma vasilha a ser enchida, mas um fogo a ser aceso.” Plutarco*

No último dia 01 de maio, os Chefes de Estado-Maior das seis Forças Armadas norte-americanas (Marinha, Exército, Força Aérea, Corpo de Fuzileiro Navais, Guarda Costeira e Força Espacial) assinaram e divulgaram um novo documento denominado “Developing today’s joint officers for tomorrow’s ways of war. The joint chiefs of staff vision and guidance for professional military education and talent management”[1]

No documento, os Chefes de Estado-Maior transmitem suas orientações e visões sobre as mudanças que devem ocorrer imediatamente nos sistemas de educação militar e de gestão de talentos das Forças Armadas norte-americanas.

No texto de doze páginas, destaco um aspecto como estímulo à nossa meditação. As expressões “pensamento crítico” e “pensamento criativo” aparecem no texto mais de uma dezena de vezes. São duas habilidades que o documento descreve como cruciais para que “os líderes de todos os níveis possam superar intelectualmente seus adversários”.

Não é sem razão que as Forças Armadas norte-americanas estão preocupadas em estimular o pensamento crítico e criativo de seus oficiais. O ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo no qual os líderes do século 21 atuam exige a capacidade de discernir, dentre um imenso turbilhão de dados e informações, quais são relevantes, quais verdadeiramente interessam, e quais estão ali para intencionalmente confundir e desorientar. Exige mentes treinadas na habilidade de pensar criticamente e sensibilidade para entender contextos. Demanda, ainda, um

tipo de mentalidade aberta que permita realizar saltos criativos e obter insights.

Isto ocorre porque a guerra moderna mudou a forma de tratar a informação. Nos tempos em que era escassa, até as chamadas guerras de terceira geração, a informação era tratada como uma commodity valiosa, assim como o combustível, a munição ou o alimento. Adquirir e manter seguras as informações de alta qualidade era obter uma grande vantagem sobre o inimigo. Na medida em que uma grande quantidade de informação passou a ser digitalizada, tornou-se muito mais simples produzir, transmitir, coletar e arquivar dados e informações. O desafio passou a ser a abundância, não a escassez de dados.

[Sugestão de leitura – compre o livro na Amazon](#)



[Autor Martin Cohen. Tradução de Carlos Bacchi](#)

Para lidar com essa abundância de dados e informações, separando-se o que realmente interessa do que é supérfluo ou mesmo prejudicial, aquilo que é verdadeiro do que é falso ou distorcido, exige-se um pensamento crítico, que tem por característica ser reflexivo e focado, constantemente preocupado em avaliar o processo de pensamento em si mesmo. Trata-se de uma maneira de pensar que requer boa dose de ceticismo e de capacidade de julgamento, além de habilidade

para se identificar e examinar hipóteses, influências e tendências.

Quem emprega as premissas do pensamento crítico, busca entender o todo, de uma forma ampla, de modo a se assegurar de que os problemas sejam analisados a partir de uma perspectiva coerente e fundamentada. Além disso, reconhece a diferença entre resultados de curto prazo e resultados sustentáveis de longo prazo.

O Exército Brasileiro valoriza o pensamento crítico e criativo. O manual EB70-MC-10.211 – Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT), publicado no corrente ano, dedica uma seção ao assunto em seu capítulo dedicado à Arte do Comando.

*É fundamental que o comandante e seu Estado-Maior, no desenvolvimento do processo de planejamento das operações, utilizem o pensamento crítico e criativo. Tal medida contribui para a compreensão das situações, para a tomada de decisões adequadas e para a orientação da ação com precisão.*  
EB70-MC-10.211

As escolas do Exército Brasileiro, sempre atentas à evolução do combate, também já perceberam, desde alguns anos, a importância do assunto. Na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o Pensamento Crítico está inserido nos currículos, com cargas horárias nos Cursos de Altos Estudos Militares e de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Dessa maneira, uma massa crítica de oficiais superiores passou a ter melhores condições de assessorar e decidir, contando com essa poderosa ferramenta.

Um dos mais frequentes erros cometidos por exércitos de todo o mundo ao longo da história, foi preparar-se para as guerras que já haviam sido travadas, ao invés de preparar-se para as guerras do futuro. O pensamento crítico e criativo é um antídoto ao dogmatismo que, em sua versão deletéria, impede a

evolução do conhecimento e da arte da guerra. Por isso, é essencial aos líderes do século 21.

---

[1] [Leia](#) “Desenvolvendo oficiais de hoje que atuem em Operações Conjuntas para os tipos de guerra do amanhã. A visão e a orientação da Junta de Chefes de Estado-Maior para a educação profissional militar e a gestão de talentos” em tradução adaptada.

---

# CINCO LIÇÕES DE PANDEMIAS PASSADAS

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de junho de 2020

Pandemias não são novidades para a humanidade. E o estudo das que já foram enfrentadas pode indicar perspectivas sobre o que está por vir. Iain King, em artigo para o Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais ([CSIS](#)) lista ensinamentos que as pandemias já enfrentadas legaram ao presente. Da leitura das reflexões de King, selecionei cinco lições que a história nos apresenta para o momento atual.

A primeira, no campo militar, aponta para uma tendência de paralização, ou redução, do impulso das campanhas militares em curso. Ele apresenta, como exemplo, a Guerra do Peloponeso, em 430 a.C., quando os atenienses foram infectados por uma peste. “Pessoas com boa saúde eram subitamente acometidas por fortes dores de cabeça, vermelhidão e inflamação nos olhos. Garganta e língua sangravam e exalavam um hálito artificial e fétido”.

A descrição de Tucídides na magistral “História da Guerra do Peloponeso” mostra que a doença refreou o impulso ateniense, prolongando a guerra, que finalmente terminou vencida por Esparta. Outros exemplos seriam a epidemia que assolou a Rússia em 1771, obrigando a Imperatriz Catarina a diminuir a conscrição e negociar um acordo com a Prússia, com quem a Rússia disputava a posse da Polônia, e as epidemias que assolaram o Império Romano, refreando suas campanhas expansionistas.

Atualmente, a COVID-19 já provocou um cessar-fogo na guerra civil do Iêmen e uma sensível redução nas atividades russas e turcas na guerra civil da Síria. As grandes restrições orçamentárias que certamente virão após a crise farão com que as sociedades rediscutam a atuação de suas forças armadas em campanhas longínquas, nas quais os cidadãos médios veem pouca vantagem na relação custo x benefício. Por outro lado, também servirão de estímulo para se acentuarem as ações menos dispendiosas nos chamados “múltiplos domínios” do campo de batalha, como a atuação no campo informacional, com a intensificação de campanhas psicológicas e de desinformação, coisa que, aliás, já se vê nos dias atuais.

A segunda lição é o enfraquecimento da autoridade governamental. As revoltas na Inglaterra contra as medidas econômicas adotadas pelo Rei Ricardo II para responder aos efeitos da Peste Negra, no século 14, e o questionamento pela população de Atenas sobre a liderança de Péricles para o enfrentamento de uma epidemia letal de tifo na cidade, que afinal acabaria matando o próprio Péricles, são dois exemplos históricos.

É fácil perceber que tais questionamentos ocorrerão daqui para frente, ainda mais se considerando que a atual instantaneidade das comunicações facilita tremendamente a comparação dos desempenhos das diversas lideranças no enfrentamento da pandemia. Governantes e líderes, em todas as esferas de atuação e de todos os níveis, sobre os quais pesarem a

responsabilidade de respostas inadequadas ou insuficientes, tanto no enfrentamento da crise propriamente dita quanto de suas repercussões econômicas, sofrerão com o descontentamento popular.

Uma terceira lição é o crescimento da superstição e das fake news. No século 19, espalhou-se a crença de que cintos de lã protegiam do cólera e que a tuberculose era transmitida por parentes falecidos, que retornavam dos túmulos. Diversos registros, de várias épocas diferentes, retratam desespero, fatalismo, fervor e psicose durante os tempos de pandemia.

Em 2020, a COVID-19 se mostra uma oportunidade para a disseminação de desinformação e notícias falsas, intencionalmente, ou de forma desavisada. Remédios caseiros ou industrializados são alçados à condição de cura milagrosa todos os dias. Teorias da conspiração, das mais diversas, emergem e são aceitas por importantes estratos da sociedade.

Uma quarta lição é o aumento da xenofobia e da busca por culpados. Durante a Peste Negra, houve um aumento do antissemitismo e da hostilidade contra peregrinos, mendigos e leprosos. Praticamente todas as pandemias da história resultaram em suspeitas e hostilidades contra estrangeiros. Não é diferente na crise atual, quando casos de xenofobia já foram registrados em várias partes do mundo, bem como a busca de bodes-expiatórios, muitas vezes, como no caso da China e dos EUA, de forma recíproca.

A quinta lição é a de que as pandemias apontam novos vencedores e novos perdedores no campo econômico. Os trabalhadores que conseguiram sobreviver à Peste Negra puderam exigir salários mais altos, em razão da súbita carência de mão de obra. Governos tiveram que se ajustar a orçamentos bastante reduzidos nos anos seguintes às pandemias, elaborando novas políticas econômicas que favoreceram alguns grupos em detrimento de outros.

A COVID-19 obrigará a mudanças semelhantes. Cadeias logísticas baseadas no sistema “just in time” e esquemas produtivos globalizados certamente sofrerão modificações. Setores inteiros, como o do entretenimento e turismo, por exemplo, certamente levarão mais tempo para se recuperar, enquanto outros, como os ligados à indústria farmacêutica e de saúde acabarão sendo beneficiados no cenário pós pandemia.

---

# AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS DEPOIS DA PANDEMIA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de junho de 2020

Crises mundiais normalmente induzem mudanças significativas no sistema internacional ou, pelo menos, agem como catalisadores que aceleram as que já estavam em andamento. Não há nenhuma razão para acreditar que desta vez será diferente. Nenhum país do mundo sairá incólume da pandemia e as relações diplomáticas, comerciais e políticas entre as nações certamente sofrerão consequências.

Ao tentar antecipar o cenário geopolítico com o qual o mundo se defrontará, a maior parte dos analistas concentra-se nas consequências da pandemia para as relações entre EUA e China.

Os dois países já travam a chamada “guerra comercial” que, dentre outras coisas, evidencia a tentativa dos EUA de reduziram os laços comerciais que foram criados nos últimos 40 anos e tornaram os norte-americanos, em muitos aspectos, dependentes da produção industrial chinesa.

A pandemia evidenciou esta dependência com a chamada “guerra

das máscaras”, na qual o mundo assistiu a uma disputa entre diferentes países pela compra de equipamentos para o enfrentamento da COVID-19. Nesse sentido, é emblemática a fila com dezenas de aeronaves de carga norte-americanas indo buscar, na China, máscaras e equipamentos hospitalares.

É evidente que essa dependência externa de equipamentos estratégicos para o enfrentamento do vírus é inadmissível para qualquer país desenvolvido. Muito mais em se tratando dos EUA, maior potência mundial. É certo que os norte-americanos não admitirão mais passar por esse tipo de vulnerabilidade no futuro. Assim, pode-se esperar que a superpotência atue para modificar as atuais cadeias produtivas globais, buscando nacionalizar a produção de diversos itens considerados estratégicos. Este movimento certamente extrapolará a área da saúde e acontecerá também em outros setores, especialmente na área da tecnologia da informação e das comunicações.

Essa substituição das importações poderá ser acompanhada por parte da comunidade internacional. Isso intensificará a guerra comercial em um momento em que os impactos econômicos da pandemia afetam o gigante asiático. O PIB chinês, no 1º trimestre deste ano, caiu 6,8% em relação ao mesmo período do ano passado. Em relação ao trimestre anterior, a queda foi de 9,8%. É a primeira vez que ocorre uma queda do PIB desde 1992, ano em que essas informações passaram a ser divulgadas. A última vez em que o PIB anual da China teve retração foi em 1976, no fim da malfadada “Revolução Cultural”. Isso significa que uma ou duas gerações de chineses não sabem o que é viver em tempos de contração da economia.

Como se sabe, crises econômicas têm o condão de impulsionar insatisfações na população. A emergente classe média chinesa até aqui suporta as restrições à liberdade impostas pelo regime porque, afinal de contas, está progredindo economicamente. Entretanto, talvez essa mesma classe média não seja tão paciente com esse mesmo regime se entender que a reação governamental, tanto do ponto de vista da saúde pública

quanto da economia, foi ineficiente. Pressionado no campo interno, o governo chinês poderá responder com mais veemência na guerra comercial contra os norte-americanos. Essa postura por um lado se prestará ao seu objetivo ostensivo, que é o de proteger os interesses econômicos do país. Por outro lado, também servirá para a propaganda interna do regime, que transmitirá aos seus cidadãos uma mensagem de um país altivo no cenário internacional, o que sempre serve ao fervor nacionalista e aumenta a coesão interna da população.

Aliás, já se nota uma maior assertividade chinesa nas relações internacionais. As respostas “alguns tons acima” de sua diplomacia a manifestações por eles consideradas “antichinesas”, no contexto da pandemia, surpreenderam diversos diplomatas e demonstram que o país quer ocupar uma posição de força no cenário internacional.

A estratégia chinesa de resposta à pandemia, com o envio de equipes médicas e de equipamentos para diversas partes do mundo, além da tentativa de mostrar que o regime pode oferecer a melhor governança no tratamento da crise, procura contrastar com a postura mais isolacionista dos norte-americanos, que no enfrentamento da COVID-19 claramente abdicaram do papel de liderança global que desempenharam em outras crises do século 20 e do início do século 21.

E este será um novo foco de possível enfrentamento entre as duas potências. Até que ponto os EUA admitirão maior presença e liderança chinesas em continentes onde até há pouco tempo a influência norte-americana era incontestável?

Como se vê, há várias razões para acreditar que haverá deterioração nas relações entre EUA e China no futuro imediato, pós-pandemia. Outras mais poderiam ser levantadas, como o enfraquecimento dos organismos multinacionais e as eleições norte-americanas. A solução das controvérsias entre os dois gigantes é de interesse de toda a comunidade internacional. Por isso, espera-se que as duas potências

saibam encontrar os melhores caminhos para solucionar seus dissensos.

---

# GUERRA NA SÍRIA EM PLENA PANDEMIA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de junho de 2020

A crise mundial provocada pela pandemia da COVID-19 silenciou o noticiário sobre a guerra civil na Síria, que envolve, como protagonistas, além dos próprios sírios, a Turquia e a Rússia. Entretanto, o conflito permanece, e a pandemia se soma aos terríveis efeitos da guerra sobre as populações das áreas afetadas.

A Turquia e a Rússia estão em lados opostos na guerra civil da Síria. Os russos apoiam o governo de Bashar al-Assad, enquanto os turcos apoiam algumas das forças rebeldes que se insurgiram contra o governo. Apesar disso, os presidentes Erdogan e Putin possuem boas relações pessoais. Essa proximidade foi importante para que os dois países firmassem o Acordo de Sochi, em 2018, no qual se criou uma zona desmilitarizada em Idlib, noroeste da Síria, fronteira com a Turquia.

Esse acordo foi transformado em “letra morta” com a última ofensiva das tropas sírias, decisivamente apoiadas pela Força Aérea russa, sobre a região de Idlib. Na ofensiva, que destruiu a infraestrutura da cidade, vitimando e expulsando centenas de milhares de civis, dezenas de soldados turcos que estão na região foram mortos. Houve reação turca, e as tensões entre a Turquia e a Rússia atingiram altos níveis.

Os dois presidentes voltaram à mesa de negociações e, no

último dia 5 de março, anunciaram um novo acordo de cessar-fogo. Foi anunciado também um corredor de segurança, ao longo da rodovia M4, que atravessa a província, ficando estabelecido que ela deverá ser patrulhada por tropas de ambos os exércitos.

Para entender como os acontecimentos chegaram a este ponto, é importante retroceder a outubro do ano passado, quando os EUA declararam ter vencido o grupo terrorista Estado Islâmico na Síria e, em razão disso, decidiram retirar o grosso de suas tropas da região. Essa retirada criou as condições necessárias para que a Turquia interviesse diretamente no conflito. Assim, foi desencadeada a Operação “Primavera da Paz”, uma ofensiva no território sírio. Os objetivos, segundo o governo turco, seriam: combater grupos paramilitares curdos – considerados terroristas por Ancara, mas aliados dos norte-americanos na luta contra o Estado Islâmico – e garantir uma “zona de segurança” no território sírio, para onde seriam levados grande parte dos 3,5 milhões de refugiados que estão hoje em território turco.

A retirada norte americana também proporcionou a liberdade de ação que faltava para que o presidente sírio, Bashar al-Assad, decidisse desencadear uma ofensiva final sobre uma das últimas porções do território sírio que não estão sob o controle de seu governo, justamente as regiões de Idlib e Bab al-Hawa, na fronteira com a Turquia.

Assim, a operação turca e a ofensiva síria, executadas ao mesmo tempo e na mesma zona de ação, resultaram nos confrontos que se viram. A ofensiva do exército sírio ocorreu em regiões densamente povoadas, agravando a tragédia humanitária. Somente de dezembro até hoje, estima-se que 950 mil pessoas fugiram, na sua maioria mulheres e crianças, tentando, em vão, chegar à Turquia. Essas pessoas estão na faixa de fronteira entre os dois países, desabrigadas ou em abrigos improvisados, enfrentando as baixas temperaturas da região.

Com a pandemia, os refugiados estão ainda mais vulneráveis. Quando a doença atingir Idlib ou os campos de refugiados, que sofrem com precárias condições sanitárias, as consequências poderão ser terríveis.

Mesmo antes da pandemia, a tragédia humanitária em Idlib não obtinha quase nenhuma atenção no ocidente. Os EUA, que adotam no governo Trump uma política externa mais isolacionista, estavam concentrados nas eleições presidenciais deste ano. Já as potências europeias, apesar de preocupadas com a possibilidade de a Turquia abrir as portas para que milhões de refugiados rumem em sua direção, não possuíam força política para influenciar os rumos no conflito. ONU e demais organismos internacionais não encontravam soluções viáveis. No momento, com todos os esforços voltados para a COVID-19, parece ainda mais distante a chance de adoção de alguma medida prática em direção à solução do problema.

Assim, repousam sobre a Rússia e a Turquia os destinos da guerra na Síria e, em consequência, de milhões de refugiados. Os russos bancaram a permanência de Assad no poder. Com isso, fincaram o pé como uma potência extrarregional capaz de interferir nos destinos do Oriente Médio, ao mesmo tempo em que garantiram um governo amigo aos russos em um país estratégico aos seus interesses políticos, econômicos e militares. Mas não parece disposta a comprometer-se firmemente no apoio ao combate ao coronavírus na região.

A Turquia, por sua vez, possui desafios difíceis pela frente. Vizinha da Síria, envolvida em uma ação militar colhida por uma pandemia inesperada e gravíssima, poderá ter que lidar com as consequências de uma tragédia humanitária de enormes proporções em sua fronteira. É muito pouco provável que o país, sozinho, tenha os meios necessários para este enorme desafio.

---

# LIDERANÇA MILITAR EM TEMPOS DE CRISE

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de junho de 2020

Qual é o papel de um líder militar em tempos de crise? Quais devem ser suas prioridades? Essas perguntas vêm à tona em virtude da exoneração do Capitão<sup>1</sup> Brett Crozier<sup>2</sup>, que comandava o porta-aviões de propulsão nuclear USS Theodore Roosevelt. O Comandante Crozier perdeu seu comando em razão do vazamento de uma correspondência<sup>3</sup> que ele enviara a seus superiores, com cópias para outras 20 ou 30 pessoas, e que acabou sendo publicada pela imprensa norte-americana.

Na carta, tratando dos casos de COVID-19 que ocorriam em sua tripulação, Crozier alegou que os EUA não estão em guerra e que, portanto, os marinheiros “não precisariam morrer” e que, se providencias imediatas não fossem tomadas, “a Marinha estaria falhando em proteger seu ativo mais preciso – os marinheiros”. Ele argumentou, ainda, que não podia proporcionar o isolamento necessário à prevenção da epidemia dentro do porta-aviões, solicitando o desembarque imediato dos quase 5 mil tripulantes.

A Marinha decidiu retirar Crozier do comando imediatamente. Alegou que a atitude do comandante de agir fora da cadeia de comando quebrava de maneira irreparável a confiança do escalão superior, o que não se pode admitir. O Secretário da Marinha, Tomas Modly<sup>4</sup>, alegou que nenhum dos 114 casos que tinham sido detectados até aquele momento era grave e que Crozier demonstrava uma capacidade de julgamento extremamente deficiente durante a crise.

Ao sair do navio, que está atracado na ilha de Guam, no Oceano Pacífico, destituído do comando, Crozier foi homenageado pela tripulação que gritava seu nome<sup>5</sup>, em uma manifestação pública de apreço pouco comum nos meios militares.

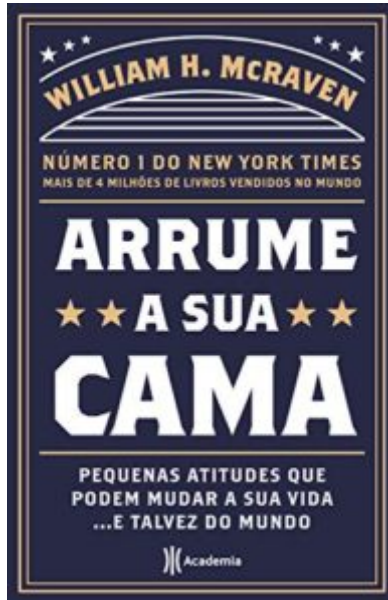
Retorno então às perguntas do início deste texto, contextualizando-as ao caso de Crozier. Qual era o seu papel como líder militar diante da grave situação com a qual se deparou? Quais deveriam ser suas prioridades?

O manual C20-10 Liderança Militar, conceitua: “*A Liderança militar consiste em um processo de influência interpessoal do líder militar sobre seus liderados, na medida em que implica no estabelecimento de vínculos afetivos entre indivíduos, de modo a favorecer o logro dos objetivos da organização militar em uma dada situação.*” (grifos nossos).

O mesmo manual acrescenta que a liderança deverá ser apoiada em três pilares: **proficiência profissional** (saber), **senso moral** e traços de personalidade característicos de um líder (ser) e **atitudes adequadas** (fazer).

A proficiência profissional do Cap Crozier, até este incidente, parecia indiscutível. Seu currículo era exemplar e nenhum oficial chega à posição de comandante de um porta-aviões da Marinha norte-americana sem uma brilhante carreira e sem passar por uma seleção rigorosa.

[Sugestão de leitura – compre o livro na Amazon](#)



*Autor – William H. McRaven*

Seu senso moral, que pode ser caracterizado pelo balizamento de seu comportamento pelos valores mais importantes de um líder militar, neste episódio, merece ser discutido. Em uma apressada análise inicial, parece demonstrar coragem ao se manifestar em favor do que acreditava ser correto para o bem-estar de seus subordinados. Porém, cabe uma consideração importante: naquele momento, a verdadeira manifestação de coragem que se espera de um comandante é a de permanecer no cumprimento da missão e do seu dever. No linguajar militar, manter a tropa galvanizada no sentido de “durar na ação”, mesmo se sujeitando a incompreensões que possam surgir em um primeiro momento. A lealdade à instituição militar a que pertence e representa como comandante, outro valor característico do senso moral, também foi fortemente abalada ao permitir que fosse tratado publicamente um assunto que deveria ser tratado exclusivamente pela cadeia de comando.

A “atitude adequada”, terceiro pilar da liderança militar, também foi comprometida no episódio. O “fazer” que caracteriza a atitude adequada se evidencia na forma como o líder emprega os valores e competências de sua personalidade no manejo das situações que sua tropa enfrenta. No caso, Crozier deveria envidar todos os esforços para que seus liderados cooperassem

para o atingimento dos objetivos definidos pela Marinha norte-americana para o USS Theodore Roosevelt. E, dentre estes objetivos, certamente está o de mantê-lo como uma ferramenta militar capaz de cumprir qualquer missão que venha a lhe ser imposta, inclusive dissuadir eventuais inimigos, especialmente em se tratando de um porta-aviões de propulsão nuclear, um poderoso instrumento de combate. Ao permitir que a questão da infecção de COVID-19 ganhasse notoriedade, Crozier ajudou a escancarar uma vulnerabilidade importante da Marinha, reduzindo drasticamente, ao menos momentaneamente, sua capacidade operacional e sua prontidão para fazer frente a inúmeros e incertos desafios que poderão advir da crise da COVID-19.

Além disso, ao afirmar que os EUA “não estão em guerra” e por isso deveria priorizar a segurança da tripulação, o comandante deliberadamente optou pelos interesses da tripulação, e não pelos da instituição ou de seu país. Atuou meramente como se fosse um representante dos interesses de seus subordinados, e este não é o papel de um comandante, muito menos, de um líder. Sua intenção de interromper o serviço do navio, desembarcando toda a tripulação, somente se justificaria se manifestada exclusivamente por intermédio da cadeia de comando e apenas em caso de grave comprometimento da saúde a bordo, que de qualquer maneira inviabilizaria a operacionalidade do navio. Mas este não parece ser o caso. Até esse momento, não há notícias de que qualquer tripulante precisasse de internação hospitalar.

Não se está aqui a pregar que o Comandante seja insensível ao bem-estar de seus subordinados. Muito pelo contrário. Esta é a atitude adequada do líder, mas sempre com o foco no cumprimento da missão. A preocupação com a saúde dos comandados é obviamente da maior importância para qualquer líder militar, e todas as ações para que sua tropa permaneça saudável são necessárias nas atuais circunstâncias. Mas a atenção do Comandante Crozier deveria estar focada, tanto

quanto ou ainda mais, na manutenção da prontidão de sua tropa e de sua unidade. Afinal, disponibilidade e prontidão permanente são características necessárias e inalienáveis da profissão militar, em qualquer parte do mundo.

Há ainda mais um importante aspecto a ser considerado. As instituições militares, altamente hierarquizadas, possuem comandantes em vários níveis diferentes, desde os mais elementares grupos até os de nível estratégico. Os líderes de nível mais baixo sabem que sua visão é limitada pelas informações que estão disponíveis ao seu nível de comando. Em razão disto, eles sabem que devem confiar no discernimento dos escalões superiores, que possuem outros elementos para a tomada de decisão que não são de seu conhecimento. Este entendimento também faltou ao Comandante Crozier, que achou que sua visão sobre o assunto deveria ser definitiva.

A reação da imprensa norte-americana ao caso, de maneira majoritária, foi favorável a Crozier. Destacou a coragem do comandante, que entre “a carreira e o bem estar de seus subordinados”, teria escolhido sacrificar a carreira em favor de sua tripulação.

Mas não me parece que deva ser essa a interpretação de soldados profissionais. Esses sabem que o cumprimento da missão e a manutenção da operacionalidade de suas tropas é o farol inescapável. Essa, aliás, é uma característica definidora dos homens e mulheres que abraçam a profissão das armas.

Finalmente, lembro que sem hierarquia e disciplina, não há Força Armada. E relembro as palavras do Marechal Osorio, liderança incontestada, amado por seus subordinados, mas que conhecia perfeitamente a importância da disciplina: **“Se um militar tivesse o direito de aprovar os feitos de seus superiores, também teria o de censurar ou de se lhes opor; daí viriam a indisciplina e a morte do Exército”**.

---

[1] *Na Marinha do Brasil, Capitão de Mar-e-Guerra*

[2] *Veja um currículo do [Cap Brett Crozier](#), elaborado em 2018*

[3] *[Leia a correspondência](#)*

[4] *[Leia a declaração](#) do Secretário Tomas Modly*

[5] *[Veja o vídeo](#)*

---

## DESAFIO E RESPOSTA

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de junho de 2020

*Este artigo foi originalmente publicado no jornal O Estado de S, Paulo no dia 25 Março 2020*

O acrônimo VUCA (Volatility/volatilidade, Uncertainty/incerteza, Complexity/complexidade, Ambiguity/ambiguidade), criado por T. Owen Jacobs, no livro *Strategic Leadership: The Competitive Edge*, popularizou-se entre os estudiosos do fenômeno da liderança a partir de sua adoção pelo War College, do Exército dos EUA, na década de 2000. Os termos servem para definir as principais características do ambiente na Era da Informação, que influenciam os líderes nos níveis político e estratégico na tomada de suas decisões.

A volatilidade se manifesta pela extrema velocidade dos acontecimentos, pela natureza efêmera e dinâmica das relações, que exigem constantes adaptações e realinhamento de planejamentos e estratégias. Lembra que, nos dias de hoje, mesmo a informação mais atual pode ser insuficiente para subsidiar uma adequada tomada de decisão. Reforça que líderes

devem estar em condições de se antecipar aos acontecimentos, preparando-se para as mudanças que virão.

A incerteza, causada pela volatilidade, demonstra que é impossível deter todas as informações acerca de uma situação. Ela advém das múltiplas soluções e alternativas que competem entre si e, via de regra, causa atrasos no processo de tomada de decisões, uma vez que aumenta a quantidade de opiniões discordantes sobre o que vai acontecer no futuro.

A complexidade deriva da dificuldade de entendimento das múltiplas interações, entre os múltiplos fatores, que impedem que se identifique com clareza relações de causa e efeito. A complexidade, assim como a volatilidade, contribui para o aumento da incerteza.

Finalmente, a ambiguidade caracteriza-se por ser um tipo especial de incerteza. Ela decorre do fato de que diferentes grupos sociais podem ter distintas interpretações sobre um mesmo acontecimento. Isso em razão de diferenças de perspectivas, discordâncias ideológicas, discrepâncias culturais.

A crise causada pela pandemia da COVID-19 apresenta claramente todas essas características, obrigando os líderes das esferas governamentais e privadas, em todo o mundo, a decidirem sob estresse e pressão. Não é uma tarefa fácil, mas as ações de enfrentamento da crise definirão consequências sociais, econômicas, políticas, diplomáticas e militares.

Apesar do ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo, procurar antever os cenários pós-crise é fundamental para que os líderes criem uma visão de futuro e trabalhem no sentido de estabelecer prioridades e promover as mudanças necessárias à adaptação que a nova realidade exigirá.

No sistema internacional, as organizações multilaterais e intergovernamentais devem sair enfraquecidas, uma vez que foram incapazes de apresentar soluções. O fechamento das

fronteiras entre a Alemanha e a França, principais líderes da União Europeia, é emblemático nesse sentido.

A COVID-19 chega em um momento em que os EUA estão se retraindo do cenário internacional. A reorganização das relações internacionais em um mundo com menor presença norte-americana, especialmente no Oriente Médio, abre espaço para uma reorganização que retorna a um modelo semelhante ao da guerra fria, de “esferas de influência”. A pandemia acirra a disputa entre EUA e China, uma vez que desorganiza relações comerciais e gera disputas por influência no campo psicossocial, com reflexos inclusive em terceiros países, que passam também a ser palco dessa disputa.

O agravamento de crises já em curso é outro efeito da pandemia: a violência crescente na região do Sahel, no norte da África; a emergência alimentar causada pelas nuvens de gafanhotos que destroem as plantações da região da Somália, e já migram para o Oriente Médio; a guerra civil no Iêmen e na Síria, com suas enormes quantidades de refugiados; a crise do petróleo, motivada pela baixa intencional dos preços pela Arábia Saudita, que ameaça prejudicar ainda mais as já muito debilitadas economias do Irã e da Venezuela. Todos esses são exemplos de crises que, apesar de terem desaparecido dos noticiários, se intensificam a cada dia.

A desorganização da economia mundial talvez seja a mais grave consequência no plano das relações internacionais. A redução drástica do consumo e da produção industrial, além do desarranjo das cadeias globais de suprimentos, podem fazer as corporações transnacionais repensarem seus padrões produtivos, com profundas modificações no atual modelo de comércio internacional. Isso para mencionar apenas alguns aspectos do cenário que se aproxima.

Segundo a teoria geopolítica chamada “Desafio e Resposta”, desenvolvida pelo sociólogo inglês Arnold Toynbee, em 1934, as civilizações que aceitaram e venceram os desafios,

representados por obstáculos e inferioridades, sobreviveram e se desenvolveram. Além disso, o autor afirmou que “o estímulo humano aumenta de força na razão direta da dificuldade”. Espera-se que, desafiadas, as lideranças de todo o mundo, em todos os níveis, nas esferas governamentais e privadas, saibam encontrar as melhores respostas.

---

## **O VIRUS E A GEOPOLÍTICA**

escrito por Paulo Roberto da Silva Gomes Filho | 13 de junho de 2020

A pandemia provocada pelo novo Coronavirus, causadora da COVID-19, talvez seja a primeira crise de proporções realmente mundiais a ocorrer na era da internet, da instantaneidade da comunicação, da desinformação, das fakenews. É também uma crise sem precedentes, por sua escala e repercussões sociais, econômicas, políticas e possivelmente, militares.

A instantaneidade e o volume das informações, muitas transmitidas por mídias sociais sem nenhum tipo de checagem quanto à veracidade, alarma as populações, que exigem de seus governantes repostas imediatas. Governos do mundo todo são desafiados a oferecer soluções, apresentando decisões e políticas públicas que protejam a saúde de seus cidadãos e minimizem os efeitos econômicos e sociais. Tais ações envolvem aspectos geopolíticos importantes, que devem ser considerados.

O aspecto do controle das fronteiras, por exemplo, mostra o enfraquecimento de organizações intergovernamentais, que se mostram incapazes de liderar iniciativas conjuntas para a solução da crise. Os países-membros da União Europeia, além de outros países europeus que não pertencem ao bloco, mas são signatários da Convenção de Schengen, deveriam garantir a

livre circulação de pessoas por suas fronteiras. Assim, uma crise dessa natureza deveria implicar em uma solução concertada, que previsse soluções que não limitassem esse fluxo. Não é o que está acontecendo. Apesar do posicionamento contrário da Comissão Europeia, alguns países europeus, como Áustria, Dinamarca, Polônia, Eslováquia, República Tcheca e Malta, já decidiram restringir o fluxo de pessoas por suas fronteiras. Mas isso não acontece apenas entre os signatários do acordo de Schengen. A Rússia já fechou suas fronteiras com a Polônia (na Região de Kaliningrado), Noruega e China. O governo norte-americano proibiu voos internacionais da Europa continental para os EUA, por trinta dias. A Arábia Saudita proibiu todos os voos internacionais por duas semanas. Medidas semelhantes estão sendo anunciadas por outros países, a cada momento. Na América do Sul, a Colômbia acaba de anunciar o fechamento de sua fronteira com a Venezuela.

A questão do trânsito de pessoas pela fronteira da Colômbia com a Venezuela alerta para um problema ainda maior. À crise da COVID-19 se junta a crise dos refugiados, em um efeito cascata. Há cerca de 1,5 milhões de migrantes venezuelanos na Colômbia. Em todo o mundo, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), existem mais de 70 milhões de pessoas deslocadas, ou seja, pessoas forçadas a deixar suas regiões de origem por motivos de guerra, perseguição, violência e violação aos direitos humanos. Grande parte dessas pessoas vivendo em condições precárias, sem acesso a mínimas condições sanitárias. A incidência da COVID-19 nos campos de refugiados ao redor do mundo pode ter consequências terríveis.

A crise encontra o mundo em um momento em que o sistema internacional está assistindo ao acirramento da competição entre os EUA e a China. E, diferentemente de outras crises sanitárias ocorridas no passado, como a SARS, de 2003, ou a gripe aviária, de 2005, quando ocorreu uma grande cooperação internacional, no caso atual, ao contrário, a cooperação

internacional, especialmente entre EUA e China, está bastante restrita. Na verdade, a crise está exacerbando as tensões geopolíticas já existentes entre as duas potências.

Na guerra pelo domínio da narrativa, a competição está acirrada. Na China, há uma campanha de propaganda nas redes sociais, em especial no WeChat (a versão chinesa do WhatsApp), culpando o ocidente e a CIA pela epidemia. No ocidente, ao contrário, ganham espaço as versões de que o vírus é uma estratégia chinesa para vencer a guerra econômica, deixando o ocidente de joelhos. Mas não se trata apenas de atribuir a um lado ou outro a culpa pela pandemia. Há que se demonstrar a superioridade gerencial na solução do problema. Nesse sentido, os chineses montaram uma campanha nos meios de comunicação, tentando provar que a resposta à crise demonstraria que a capacidade de governança chinesa seria superior àquela demonstrada pelo ocidente. Ao mesmo tempo, a China toma medidas práticas para demonstrar ser um país apto a auxiliar outros em dificuldade. A Itália, por exemplo, país ocidental mais severamente afetado pela epidemia até o momento, tem recebido suprimentos médicos e auxílio da China de forma muito mais eficiente do que aquele oferecido pela própria União Europeia ou por outros países do ocidente.

A ajuda chinesa à Itália, apesar de muito mais simbólica do que efetiva, contrasta com a postura isolacionista dos EUA. A decisão do país de suspender os voos da Europa para os EUA, tomada no meio da noite, de surpresa, causou um verdadeiro caos nos aeroportos europeus. Muitos países ficaram irritados, considerando que aliados não devem ser tratados dessa forma e que tal iniciativa deveria ter sido tomada em conjunto.

A pandemia da COVID-19 já é um daqueles eventos que impactam profundamente uma geração. Não apenas pela gravidade da crise sanitária, que afeta diretamente a vida de bilhões de pessoas em todo o mundo. Não apenas pelas consequências econômicas relevantes, que trarão repercussões ainda não precisamente estimadas. Também não exclusivamente por ser a primeira na era

da comunicação instantânea, nem mesmo por somar-se às várias outras crises já existentes, em um terrível efeito cascata. Mas, também, pelo potencial efeito acelerador das mudanças geopolíticas em curso, especialmente aquelas que envolvem a competição entre China e EUA.